

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TRIBUTAÇÃO VERDE E INOVAÇÃO DIGITAL								
DOCENTE	LAYLA SALLES MCCLASKEY (ESTÁGIO DOCENTE) GUSTAVO FOSSATI (SUPERVISÃO)								
CÓDIGO	GRDDIRELE373/ GRDDIRELE358	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	6º/10º	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	25/30H

EMENTA	<p>A crescente consciência ambiental e a necessidade de um desenvolvimento sustentável têm transformado o papel da informação na sociedade, levando a um cenário econômico em que inovações tecnológicas estão cada vez mais interligadas a práticas ecológicas. Os produtos e negócios que promovem a sustentabilidade, como as tecnologias limpas, a energia renovável e a mobilidade sustentável emergem como centrais neste novo contexto. Tal cenário impactou os ordenamentos jurídicos, especialmente quanto ao Direito Tributário.</p> <p>No âmbito global, a tributação relacionada à inovação tecnológica e às práticas sustentáveis apresenta desafios e oportunidades que precisam ser explorados. No Brasil, a Emenda Constitucional 132/23 incrementa o tema da sustentabilidade, destacando a relevância da tributação verde. Dessa forma, a presente disciplina tem como proposta a análise do ordenamento jurídico-tributário brasileiro à luz da perspectiva da inovação tecnológica e das iniciativas verdes.</p>								
OBJETIVOS	<p>Destacar a importância de uma leitura sistêmica do Direito Tributário em relação à tributação verde e à inovação tecnológica. Compreender os debates nacionais e internacionais sobre inovação tecnológica e economia verde.</p> <p>Explorar a problemática envolvendo o Direito Tributário e os incentivos fiscais para tecnologias sustentáveis, assim como as propostas de ajuste sugeridas por organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conceber uma noção econômica do Direito Tributário que favoreça incentivos à inovação e à sustentabilidade. Obter uma visão geral do sistema tributário nacional brasileiro (pré e pós-reforma), com foco na incidência de tributos sobre inovações tecnológicas e negócios sustentáveis. Construir uma visão crítica sobre o alinhamento dos arranjos institucionais com o desenvolvimento econômico sustentável, considerando o impacto das inovações tecnológicas na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.</p>								
METODOLOGIA	<p>As aulas serão conduzidas principalmente pelo método socrático, incentivando os alunos a refletirem criticamente sobre a relação entre inovação tecnológica, tributação e sustentabilidade. Os temas a serem discutidos incluirão o papel da tributação como reguladora da economia verde, as mudanças no sistema tributário brasileiro e a compatibilidade dessas mudanças com os objetivos constitucionais.</p> <p>Além do método socrático, serão utilizados métodos expositivos para abordar a parte teórica e Problem-Based Learning (PBL) para questões centrais, promovendo a aplicabilidade prática do Direito Tributário em contextos sustentáveis.</p>								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	A primeira aula será introdutória, com o objetivo de apresentar o programa da disciplina aos alunos. Durante esse encontro, discutiremos a metodologia que será utilizada nas aulas, possibilitaremos a escolha de temas para os trabalhos de conclusão de curso e explicaremos como será realizada a avaliação final.								
2	Introdução à Tributação Verde I								

	<p>Objetivo da aula: Discutir o papel dos tributos na sociedade. Refletir sobre o conceito de tributação verde. Apresentar exemplos de tributos verdes.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 11-34.</p>
3	<p>Introdução à Tributação Verde II</p> <p>Objetivo da aula: Apresentar um breve histórico do desenvolvimento da tributação verde internacionalmente.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 35 -43.</p>
4	<p>Instrumentos da Tributação Verde</p> <p>Objetivo da aula: Análise detalhada de diversos instrumentos: impostos sobre emissões de carbono, impostos sobre consumo de recursos naturais, subsídios para tecnologias verdes, sistemas de comércio de emissões (cap-and-trade), mecanismos de responsabilidade estendida do produtor (REP). Exemplos práticos de cada instrumento.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 140 -152.</p> <p>Leitura Complementar: OECD (2023), Effective Carbon Rates 2023: Pricing Greenhouse Gas Emissions through Taxes and Emissions Trading, OECD Series on Carbon Pricing and Energy Taxation, OECD Publishing, Paris. Pp. 18-19. Disponível em https://doi.org/10.1787/b84d5b36-en. Acesso em: 29 abr. 2024.</p>
5	<p>Estudos de Caso</p> <p>Objetivo da aula: Análise de exemplos concretos de implementação de tributação verde em diferentes países (ex: imposto sobre carbono na Europa, taxação de sacolas plásticas, incentivos fiscais para energias renováveis). Discussão sobre os resultados e desafios de cada política.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 61 -68.</p> <p>Leitura complementar: Green finance and clean taxes are the ways to curb carbon emissions: An OECD experience. Energy Economics, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.eneco.2023.106842. Acesso em: 05 nov. 2024.</p>
6	<p>Tributação, Desafios Ambientais e Oportunidades de Inovação</p> <p>Objetivo da aula: Apresentação dos principais desafios ambientais globais (mudanças climáticas, perda de biodiversidade, escassez de recursos hídricos). Discussão sobre o papel da tributação e da inovação tecnológica na mitigação e adaptação a esses desafios.</p> <p>Leitura específica: OECD (2023), Effective Carbon Rates 2023: Pricing Greenhouse Gas Emissions through Taxes and Emissions Trading, OECD Series on Carbon Pricing and Energy Taxation, OECD Publishing, Paris. Pp. 38-41. Disponível em: https://doi.org/10.1787/b84d5b36-en. Acesso em: 29 abr. 2024.</p> <p>Leitura complementar: De Giovanni, Pietro, Eco-Digital Supply Chains through Blockchains (November 18, 2019). Pp. 01-06. Disponível em: SSRN: https://ssrn.com/abstract=3488925. Acesso em: 28 abr. 2024.</p>
7	<p>Tributação e Tecnologias Verdes Promissoras</p> <p>Objetivo da aula: Exploração de tecnologias inovadoras em diferentes setores: energias renováveis, eficiência energética, gestão de resíduos, agricultura sustentável, biotecnologia. Apresentação de empresas e projetos inovadores.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 56 -58.</p>
8	<p>Tributação Verde como Incentivo à Inovação</p> <p>Objetivo da aula: Análise da relação entre políticas de tributação verde e o estímulo à inovação tecnológica. Discussão sobre mecanismos de incentivo fiscal para o desenvolvimento e adoção de tecnologias verdes.</p>

	Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 43-56.
9	<p>Desafios e Oportunidades</p> <p>Objetivo da aula: Debate sobre os desafios e oportunidades para a integração de políticas de tributação verde e incentivos à inovação: questões de coordenação entre diferentes níveis de governo, a necessidade de dados confiáveis e monitoramento, questões de justiça ambiental e equidade.</p> <p>Leitura específica: CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. pp. 90-94.</p> <p>Leitura complementar: IPEA. Política tributária e incentivo a tecnologias sustentáveis: o Brasil na contramão? Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/309-politica-tributaria-e-incentivo-a-tecnologias-sustentaveis-o-brasil-na-contramao. Acesso em: 05 nov. 2024.</p>
10	<p>Financiamento da Inovação em Tecnologias Verdes:</p> <p>Objetivo da aula: Discussão sobre fontes de financiamento para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias verdes: investimento público, financiamento privado (capital de risco, venture capital), financiamento climático (Green Climate Fund). Análise de modelos de negócios sustentáveis.</p> <p>Leitura específica: OECD (2024). Tracking Economic Instruments and Finance for Biodiversity 2024. Disponível em https://issuu.com/oecd.publishing/docs/oecd-tracking-economic-instruments-and-finance-for?ff&hideShareButton=true&pageLayout=singlePage. Acesso em: 05 nov. 2024.</p>
11	Revisão do conteúdo das aulas anteriores
12	Projetos Inovadores: Trabalho final: Os alunos desenvolvem propostas inovadoras para promover a sustentabilidade em um setor ou região específica, considerando a perspectiva da tributação verde e da inovação tecnológica. Apresentação e discussão dos projetos.
13	Projetos Inovadores: Trabalho final: Os alunos desenvolvem propostas inovadoras para promover a sustentabilidade em um setor ou região específica, considerando a perspectiva da tributação verde e da inovação tecnológica. Apresentação e discussão dos projetos.
14	Projetos Inovadores: Trabalho final: Os alunos desenvolvem propostas inovadoras para promover a sustentabilidade em um setor ou região específica, considerando a perspectiva da tributação verde e da inovação tecnológica. Apresentação e discussão dos projetos.
15	Vista de Prova e esclarecimento de dúvidas
TRILHA	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	<input type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	<input type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>A avaliação do desempenho dos alunos será feita da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> Participação e presença nos encontros semanais; Apresentação de trabalho, em grupo, sobre algum dos temas abordados em sala; Realização de prova, com consulta, envolvendo a resolução de 1 (uma) questão a ser escolhida dentre 2 (duas) opções. <p>A expectativa é de fixar o conteúdo e aprimorar a capacidade crítica dos alunos por meio de exercícios de argumentação escrita e oral.</p> <p>Com isso, a composição das notas da primeira e da segunda avaliação será feita da seguinte forma: i. Primeira avaliação: “nota da prova” (8,0) + “nota da participação” (2,0); e ii. Segunda avaliação: “nota do projeto” (8,0) + “nota da participação” (2,0).</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CALIENDO, Paulo.; LUCENA, D. (Org.). Tributação ambiental e energias renováveis. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. v. 1. Mildenberger, Matto, Carbon Captured: How Business and Labor Control Climate Politics. Cambridge, MA: MIT Press, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	IPEA. Política tributária e incentivo a tecnologias sustentáveis: o Brasil na contramão? Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/309-politica-tributaria-e-incentivo-a-tecnologias-sustentaveis-o-brasil-na-contramao . Acesso em: 05 nov. 2024. De Giovanni, Pietro, Eco-Digital Supply Chains through Blockchains (November 18, 2019). Pp. 01-06. Disponível em: SSRN: https://ssrn.com/abstract=3488925 . Acesso em: 28 abr. 2024. Green finance and clean taxes are the ways to curb carbon emissions: An OECD experience. Energy Economics, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.eneco.2023.106842 . Acesso em: 05 nov. 2024. OECD (2023), Effective Carbon Rates 2023: Pricing Greenhouse Gas Emissions through Taxes and Emissions Trading, OECD Series on Carbon Pricing and Energy Taxation, OECD Publishing, Paris. Pp. 38-41. Disponível em: https://doi.org/10.1787/b84d5b36-en . Acesso em: 29 abr. 2024. OECD (2024). Tracking Economic Instruments and Finance for Biodiversity 2024. Disponível em https://issuu.com/oecd.publishing/docs/oecd-tracking-economic-instruments-and-finance-for?ff&hideShareButton=true&pageLayout=singlePage . Acesso em: 05 nov. 2024.